TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 145/2025

*TERMO DE CREDENCIAMENTO **Nº 145/2025** CELEBRADO ENTRE O **IPESAÚDE** E A **CONSTAT - CONSULTORIA E AUDITORIA MEDICO HOSPITALAR E ATENDIMENTO DOMICILIAR LTDA** PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SAÚDE.*

CREDENCIANTE: INSTITUTO DE PROMOÇÃO E DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DE SERVIDORES DO ESTADO DE SERGIPE – IPESAÚDE, Autarquia Especial, dotada de personalidade jurídica de direito público, regida pela Lei Estadual n° 9.226, de 28 de junho de 2023, inscrita no CNPJ sob o n° 08.042.554/0001-63, com sede à Rua Campos, nº 177, Bairro São José, Aracaju/SE, representado, neste ato, por seu **Diretor-Presidente – Dr. Walter Gomes Pinheiro Júnior,** inscrito no CPF sob o nº XXX.308.228-XX e RG nº X.XX6.525-X SSP/SE, residente e domiciliado nesta capital; e

CREDENCIADO: CONSTAT - CONSULTORIA E AUDITORIA MEDICO HOSPITALAR E ATENDIMENTO DOMICILIAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com endereço Rua Campo do Brito, n° 145, pavimento 1, Bairro 13 de julho – Aracaju/SE, CEP: 49.080-120, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.976.760/0001-27, representada neste ato, pela sócia-administradora **ANNA GABRIELA TORRES SANDES**, brasileira, portadora do CPF nº XXX.791.865-XX, celebram o presente Termo, com fundamento no artigo 74, IV, c/c artigo 79 da **Lei Federal nº 14.133/2021**, de acordo com o **Edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 01/2023**, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente termo tem como objeto a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS NA ÁREA DE SAÚDE**, em conformidade com as especificações contidas no Anexo Único deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2.1 O valor mensal estimado deste contrato é de **R$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais)**, tendo em vista a capacidade produtiva da credenciada, bem como a demanda apresentada pelo IPESAÚDE, considerando a livre escolha do beneficiário.

2.2 O valor anual estimado deste contrato será de **R$ 7.800.000,00 (sete milhões e oitocentos mil reais)**.

2.3 Em caso de alteração dos itens e valores previstos na Tabela Própria do IPESAÚDE, a Instituição se reserva ao direito de realizar a publicação de Portaria no Diário Oficial do Estado de Sergipe, bem como no site http://www.ipesaude.se.gov.br/ cabendo à rede credenciada o seu acompanhamento para fins de faturamento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

3.1 As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta dos recursos consignados no orçamento do Ipesaúde para o corrente exercício:

CÓD. DA UNIDADE	FUNÇÃO PROGRAMÁTICA	PROJETO ATIVIDADE	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DE RECURSOS

Este documento foi assinado digitalmente por WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR e ANNA GABRIELA TORRES SANDES

Documento assinado com certificado digital (DIGITAL) Verificação em: http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo. Utilize o código: UWKP-NGVM-7OD6-ZC55

15204	**04.302.0031**	**759**	**3.3.90.39**	**1799**

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

4.1. A presente contratação terá vigência de **24 (vinte e quatro) meses**, contados da data da assinatura, condicionada a sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no site do IPESAÚDE, bem como a publicação do seu Extrato no Diário Oficial do Estado de Sergipe, podendo ser prorrogado em face da conveniência da Administração, suspenso ou rescindido a qualquer tempo, desde que devidamente justificado, nos termos da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA QUINTA – DOS ENCARGOS DO CREDENCIANTE

5.1. Cabe ao CREDENCIANTE:

5.1.1. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços;

5.1.2. Proporcionar todas as facilidades para que a CREDENCIADA possa cumprir a obrigação de prestação dos serviços dentro das normas do contrato;

5.1.3. Efetuar o pagamento à CREDENCIADA, nos termos deste contrato;

5.1.4. Aplicar à CREDENCIADA as sanções cabíveis;

5.1.5. Documentar as ocorrências havidas na execução do contrato;

5.1.6. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela CREDENCIADA;

5.1.7. Prestar informações e esclarecimentos atinentes ao objeto deste contrato que venham a ser solicitados pela CREDENCIADA.

5.1.8. Publicar o contrato, aditivos, se houver, e extratos no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial do Estado, em até 10 (dez) dias úteis, a contar da data da assinatura, em atenção ao disposto no art. 94, II da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA SEXTA - DOS ENCARGOS DA CREDENCIADA

6.1. Cabe à CREDENCIADA o cumprimento das seguintes obrigações:

6.1.1. Executar os serviços contratados de acordo com as especificações discriminadas neste contrato e seu anexo;

6.1.2. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do CREDENCIANTE;

6.1.3. Responder pelos danos causados diretamente à Administração, aos bens do CREDENCIANTE, ou ainda, a terceiros, durante a execução deste contrato; não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CREDENCIANTE;

6.1.4. Comunicar à Administração do CREDENCIANTE qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;

6.1.5. Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital;

6.1.6. Arcar com as despesas decorrentes de infração cometida por seus empregados quando da execução do objeto contratado;

6.1.7. Manter preposto, aceito pela Administração do CREDENCIANTE, durante o período de vigência deste contrato, para representá-la sempre que for necessário.

6.1.8. Responder por todas as despesas com pessoal, que diretas ou indiretas, sejam decorrentes da execução do contrato e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, tributos, encargos previdenciários, obrigações sociais previstas na legislação social e trabalhista em vigor, indenizações, vales-refeição, vales-transportes e outras despesas que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;

6.1.9. Responder por todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal,relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

Este documento foi assinado digitalmente por WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR e ANNA GABRIELA TORRES SANDES

Documento assinado com certificado digital (DIGITAL) Verificação em: http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo. Utilize o código: UWKP-NGVM-7OD6-ZC55

6.1.10. Responder por encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.

6.1.10.1. A inadimplência da CREDENCIADA, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao CREDENCIANTE, nem pode onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CREDENCIADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CREDENCIANTE.

6.2. São expressamente vedadas à CREDENCIADA:

6.2.1. Cobrar do beneficiário do Ipesaúde qualquer importância a título de honorários ou serviços prestados que estejam previstos na Tabela estabelecida no edital de credenciamento;

6.2.2. A subcontratação total ou parcial de outra empresa para a execução do objeto deste contrato, salvo em casos excepcionais, autorizados expressamente pelo CREDENCIANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1. Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto é demandada, acompanhada e fiscalizada pelo servidor **GUSTAVO FREITAS BUARQUE,** desde já designado como fiscal pelo Instituto, ou quem a substituir no decorrer da vigência contratual, designado por meio de Portaria da Presidência, ao qual incumbirá a prática de todos os atos inerentes ao exercício deste poder, inclusive, quanto à aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação em vigor, a quem caberá ainda o atesto das respectivas notas fiscais de prestação de serviços, de acordo com o Decreto Estadual nº 342 de 2023.

7.2. O Fiscal deste contrato terá, dentre outras, as seguintes atribuições: proceder ao acompanhamento técnico da prestação dos serviços; fiscalizar a execução do contrato quanto à qualidade desejada; comunicar à credenciada sobre descumprimento do contrato e indicar os procedimentos necessários ao seu correto cumprimento; solicitar à Administração a aplicação de penalidades por descumprimento de cláusula contratual; fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais; atestar as notas fiscais de serviçopara efeito de pagamento; recusar os serviços que estiverem fora das especificações e quantidades constantes deste contrato; solicitar à credenciada e ao seu preposto todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços contratados; acompanhar os prazos de vigência do contrato; acompanhar os valores faturados mensalmente de modo que não possa ultrapassar o limite contratual estabelecido.

CLÁUSULA OITAVA – DA ANÁLISE E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DOS PROCEDIMENTOS

8.1.Todos os procedimentos, sejam eles eletivos, de urgência e emergência e SADT (Serviço de Apoio Diagnóstico Terapêutico), passarão por análise e perícia prévia e, quando necessário, perícia presencial.

8.2 A CREDENCIADA a deverá se adequar ao sistema de autorização utilizado pelo IPESAÚDE.

CLÁUSULA NONA - DA AUDITORIA

9.1 Todas as contas passarão por auditoria médica e de enfermagem para análise e validação da conta, mesmo ocorrendo a autorização prévia do procedimento. Também é feita a análise de pertinência e evidência de utilização dos materiais e medicamentos devidos nas cobranças.

9.2 A auditoria poderá acompanhar procedimentos cirúrgicos in loco, conforme necessidade e determinação do IPESAÚDE.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS

10.1 A CREDENCIADA deverá apresentar as contas a serem processadas até o 3º dia útil de cada

Este documento foi assinado digitalmente por WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR e ANNA GABRIELA TORRES SANDES

Documento assinado com certificado digital (DIGITAL) Verificação em: http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo. Utilize o código: UWKP-NGVM-7OD6-ZC55

mês, podendo esse prazo ser alterado de acordo com a oportunidade e conveniência da Administração.
10.1.1 Em caso de alteração do prazo supracitado, o IPESAÚDE deverá formalizar por meio de ofício a rede credenciada.
10.2 A apresentação das contas ocorrerá mediante protocolo de ofício por meio eletrônico, em formato PDF, via E-DOC EXTERNO, pelo site: https://edocsergipe.se.gov.br/protocolo-externo/. Além disso, o mesmo ofício, juntamente com a produção deverão ser apresentados de forma física ao setor de contas, situado na sede do IPESAÚDE.
10.3 Os arquivos referentes a produção apresentada deverão ser enviados por meio do sistema utilizado pelo IPESAÚDE.
10.4 Não serão aceitas faturas represadas que possuem prazo superior a 90 (noventa) dias, a contar da data de atendimento, realização do procedimento e/ou alta hospitalar.
10.4.1 Em caso de alteração do prazo supracitado, o IPESAÚDE deverá formalizar por meio de ofício a rede credenciada.
10.5 As contas apresentadas poderão receber glosa administrativa caso as cobranças estejam em desacordo com o contrato firmado ou tabela disponibilizada pelo IPESAÚDE.
10.6 O processo de faturamento será analisado pelo Setor de Contas, que observará, no que couber:
10.6.1 A divergência entre valores lançados nas contas e os existentes na Tabela do IPESAÚDE;
10.6.2 Erro nos cálculos operacionais ou de processamento;
10.6.3 Erro no envio do arquivo eletrônico, quando se identificar desacordo com o padrão TISS (Troca de Informação de Saúde Suplementar).
10.7 Na identificação de qualquer falha no processo de faturamento, o Setor de Contas comunicará à credenciada para correção, caso em que será suspenso o prazo de pagamento até a regularização da pendência.
10.8 Havendo qualquer erro não sanado, o Setor de Contas efetuará as devidas GLOSAS.
10.9 O IPESAÚDE se reserva o direito de contratar empresa especializada em auditoria, a fim de efetuar o acompanhamento e conferência das cobranças.
10.10 Concluído o processo de faturamento, haverá a tramitação do processo de pagamento conforme fluxo definido pelo IPESAÚDE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO
11.1. Os serviços prestados serão pagos de acordo com os valores especificados na Tabela Própria do IPESAÚDE, entendido este preço como justo e suficiente para a total execução do objeto contratado.
11.1.1. Em caso de necessidade de atualização da tabela vigente, as alterações deverão ser autorizadas pelo Conselho Deliberativo do IPESAÚDE e disponibilizadas por meio de Portaria, publicada no Diário Oficial do Estado de Sergipe, bem como no site da Instituição para o devido acesso dos credenciados.
11.2. O pagamento pelos serviços prestados será efetuado pelo IPESAÚDE em moeda corrente nacional, devendo ocorrer após a execução dos serviços, em até 30 (trinta) dias da autorização para emissão da respectiva Nota Fiscal devidamente atestada, acompanhada das Certidões de Regularidade Fiscal:

a) Certidão de regularidade relativa a débitos municipais;
b) Certidão de regularidade relativa a débitos estaduais;
c) Certidão conjunta de regularidade de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União;
d) Certidão de regularidade do FGTS;
e) Certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT;

Este documento foi assinado digitalmente por WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR e ANNA GABRIELA TORRES SANDES

Documento assinado com certificado digital (DIGITAL) Verificação em: http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo. Utilize o código: UWKP-NGVM-7OD6-ZC55

f) Certidão negativa de falência e concordata

11.3. As faturas remetidas ao IPESAÚDE em prazo superior a 90 (noventa) dias a contar da data de atendimento, realização do procedimento e/ou alta hospitalar serão rejeitadas.

11.4. As autorizações emitidas e cobradas pelos credenciados poderão ser auditadas pelo IPESAÚDE a qualquer tempo, de forma integral ou por amostragem.

11.5. O pagamento será efetuado no prazo estabelecido, mediante ordem bancária creditada em conta corrente da credenciada, **BANCO DO BRASIL 001- AG:1224-6 CONTA 118044-4**

11.6. O prazo de 30 (trinta) dias citado no **item 11.2** ficará suspenso no final de cada exercício financeiro, quando o Estado suspende os empenhos e pagamentos através do i-GESP (Sistema de Gerenciamento Financeiro, Orçamentário e Patrimonial de Gestão Pública), voltando a correr no prazo definido no Decreto de encerramento publicado ao final de cada ano.

11.7. Nenhum pagamento será efetuado à credenciada na pendência de qualquer uma das situações especificadas, inclusive quanto à regularidade fiscal, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO RECURSO DE GLOSA

12.1. O recurso de glosa deverá ser encaminhado ao IPESAÚDE dentro do prazo de até 30 (trinta) dias a contar do recebimento do relatório de glosas. Nenhum recurso será recebido após o prazo supracitado.

12.2. Caberá ao IPESAÚDE julgar o recurso apresentado em até 60 (sessenta) dias da data de protocolo do mesmo, com a devida elaboração de parecer técnico e jurídico.

12.3. O ofício de solicitação do recurso de glosa deverá informar os itens a serem recursados e deve ser protocolado por meio eletrônico, em formato PDF, via E-DOC EXTERNO, pelo site: **https://edocsergipe.se.gov.br/protocolo-externo**/. Além disso, o mesmo ofício, juntamente com o recurso, deverão ser apresentados de forma física ao setor de contas, situado na sede do IPESAÚDE.

12.4. Sendo o recurso julgado improcedente, o IPESAÚDE dará ciência ao credenciado por meio do TERMO DE INDEFERIMENTO DO RECURSO DE GLOSAS, que será assinado por ambas as partes, arquivando-se a documentação.

12.5. Sendo o recurso julgado procedente, o IPESAÚDE dará ciência ao credenciado por meio do TERMO DE DEFERIMENTO DO RECURSO DE GLOSAS, que será assinado por ambas as partes e encaminhado ao setor financeiro para a devida quitação. O pagamento ocorrerá em até 60 (sessenta) dias a contar da autorização para emissão da Nota Fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

13.1. Este contrato poderá sofrer alterações desde que estejam em conformidade com o disposto nos arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133/21, condicionadas ainda a devida instrução processual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua extinção, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

14.2. Constituem ainda motivo para a extinção contratual, conforme regramento previsto no Edital nº 01/2023:

a) Deixar de promover a atualização dos documentos de habilitação ou incorrer em situação de irregularidade fiscal;

b) Apuração de fatos supervenientes que importem no comprometimento da capacidade jurídica, técnica, ou fiscal do credenciado;

c) Conduta profissional que fira o padrão ético ou operacional do trabalho;

Este documento foi assinado digitalmente por WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR e ANNA GABRIELA TORRES SANDES

Documento assinado com certificado digital (DIGITAL) Verificação em: http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo. Utilize o código: UWKP-NGVM-7OD6-ZC55

d) Pedido formal do credenciado, desde que requerido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

e) A cobrança da contratada ao beneficiário de qualquer importância a título de serviços prestados relacionados aos procedimentos previamente autorizados e que serão custeados pelo IPESAÚDE ;

f) Deixar de apresentar a produção de contas para faturamento pelo prazo de 6 (seis) meses consecutivos.

14.3. A decisão de extinção contratual unilateral por parte da Administração deverá ser devidamente motivada e caberá defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis, como garantia do credenciado ao direito do contraditório, sendo avaliadas suas razões em igual prazo.

14.4. A extinção contratual não exime a aplicação das sanções previstas no artigo 156 da Lei Federal n° 14.133/2021, se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. A inobservância pela credenciada de cláusulas ou obrigações constantes do Edital 01/2023 e neste contrato, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará o IPESAÚDE, garantida a prévia defesa, a aplicar, em cada caso as seguintes penalidades contratuais, em conformidade com o art. 156 da Lei nº 14.133/2021:

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Impedimento de licitar ou contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da

Este documento foi assinado digitalmente por WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR e ANNA GABRIELA TORRES SANDES

Documento assinado com certificado digital (DIGITAL) Verificação em: http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo. Utilize o código: UWKP-NGVM-7OD6-ZC55

Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2. As sanções mencionadas no item anterior não impedem que a Administração rescinda unilateralmente o contrato administrativo, nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/21.

15.3. Na aplicação das penalidades citadas será observado o disposto do Título IV – Capítulo I da Lei Federal n° 14.133/2021:

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato; IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. [...]

Art. 157. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 desta Lei, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Art. 158. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis,

Este documento foi assinado digitalmente por WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR e ANNA GABRIELA TORRES SANDES

Documento assinado com certificado digital (DIGITAL) Verificação em: http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo. Utilize o código: UWKP-NGVM-7OD6-ZC55

contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
§ 1º Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o caput deste artigo será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.
§ 2º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
§ 3º Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
§ 4º A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:
I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste artigo;
II - suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
III - suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.
Art. 159. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida
Lei. Art. 160. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
Art. 161. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal. Parágrafo único. Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do caput do art. 156 desta Lei, o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.
Art. 162. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.
Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.
Art. 163. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:
I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;
II - pagamento da multa;

Este documento foi assinado digitalmente por WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR e ANNA GABRIELA TORRES SANDES

Documento assinado com certificado digital (DIGITAL) Verificação em: http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo. Utilize o código: UWKP-NGVM-7OD6-ZC55

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo. Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 desta Lei exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

15.4. Em qualquer hipótese é assegurado a empresa credenciada o amplo direito de defesa, nos termos das normas gerais da lei federal de licitações e contratos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO AO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

16.1. O presente contrato fundamenta-se na Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2. O presente contrato vincula-se aos termos do **Processo de Credenciamento nº 24439/2025,** iniciado pelo **Protocolo nº 015215.22779/2025-8,** baseado no **Edital nº 01/2023**, em especial: Justificativa de Inexigibilidade de Licitação, devidamente publicada no Diário Oficial do Estado de Sergipe.

16.3. O **Parecer Jurídico nº 1909/2025**, elaborado pela Procuradoria Jurídica do IPESAÚDE, manifestou-se pela viabilidade da celebração do presente Termo de Credenciamento, em razão do cumprimento dos requisitos exigidos em Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Qualquer omissão ou tolerância de uma das partes, ao exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste contrato ou ao exercer qualquer prerrogativa dele decorrente, não constituirá renovação ou renúncia e nem afetará o direito das partes de exercê-lo a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. As questões decorrentes da execução deste contrato que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Cidade de Aracaju/SE, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

18.2. Para firmeza e validade do que foi pactuado, lavra-se o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Aracaju (SE), 10 de Novembro de 2025.

ANNA GABRIELA TORRES SANDES:01779186592

Assinado de forma digital por ANNA GABRIELA TORRES SANDES:01779186592
Dados: 2025.11.12 09:20:22 -03'00'

WALTER GOMES PINHEIRO JÚNIOR
Diretor-Presidente do **IPESAÚDE**
Credenciante

ANNA GABRIELA TORRES SANDES
Sócia-administradora da **CONSTAT - CONSULTORIA E AUDITORIA MEDICO HOSPITALAR E ATENDIMENTO DOMICILIAR LTDA**
Credenciada

Este documento foi assinado digitalmente por WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR e ANNA GABRIELA TORRES SANDES

Documento assinado com certificado digital (DIGITAL) Verificação em: http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo. Utilize o código: UWKP-NGVM-7OD6-ZC55

ANEXO ÚNICO

CREDENCIAMENTO Nº 145/2025

CONSTAT - CONSULTORIA E AUDITORIA MEDICO HOSPITALAR E ATENDIMENTO DOMICILIAR LTDA

O presente termo tem por objeto a prestação de serviços em **HOME-CARE**, que deverão ser realizados **na rede hospitalar credenciada e domicílio do beneficiário,** limitados aos seguintes códigos e detalhamentos, cujo os valores estão previstos na Tabela IPESAÚDE **(PORTARIA IPESAÚDE Nº 116/2024).**

CÓDIGOS	DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS
0.92.90.1000	USB - UNIDADE DE SUPORTE BÁSICO - DIA - 1 TRECHO
0.92.90.2006	USB - UNIDADE DE SUPORTE BÁSICO - DIA - 2 TRECHOS
0.92.90.3002	USB - UNIDADE DE SUPORTE BÁSICO - NOITE - 1 TRECHO
0.92.90.4009	USB - UNIDADE DE SUPORTE BÁSICO - NOITE - 2 TRECHOS
0.92.90.5005	USA - UNIDADE DE SUPORTE AVANÇADO - DIA - 1 TRECHO
0.92.90.5030	USA - UNIDADE DE SUPORTE AVANÇADO - DIA - 2 TRECHOS
0.92.90.5048	USA - UNIDADE DE SUPORTE AVANÇADO - NOITE - 1 TRECHO
0.92.90.6028	USA - UNIDADE DE SUPORTE AVANÇADO - NOITE - 2 TRECHOS
0.91.14.0200	USB - UNIDADE DE SUPORTE BÁSICO – DIURNO - KM
0.91.14.0201	USB - UNIDADE DE SUPORTE BÁSICO – NOTURNO – KM
0.91.14.0202	USA - UNIDADE DE SUPORTE AVANÇADO – DIURNO – KM
0.91.14.0203	USA - UNIDADE DE SUPORTE AVANÇADO – NOTURNO – KM
0.91.01.0896	DIÁRIA DE 06H
0.91.01.0888	DIÁRIA DE 12H
0.91.01.0870	DIÁRIA DE 24H – SEM RESPIRADOR
0.92.19.0014	FISIOTERAPIA MOTORA E RESPIRATÓRIA DOMICILIAR - SESSÃO
0.92.19.1517	FONOAUDIOLOGIA DOMICILIAR - SESSÃO
0.91.19.0088	TERAPIA OCUPACIONAL DOMICILIAR – SESSÃO
0.91.19.1029	TERAPIA PSICOLÓGICA DOMICILIAR - SESSÃO
0.92.19.2017	NUTRICIONISTA DOMICILIAR - VISITA
0.91.19.1027	ENFERMEIRO DOMICILIAR - VISITA
0.91.19.1032	ASSISTENTE SOCIAL DOMICILIAR - VISITA
0.91.19.1025	MÉDICO DOMICILIAR - VISITA
0.91.19.0045	MÉDICO ESPECIALISTA - VISITA
0.91.19.0193	PROCEDIMENTOS MÉDICOS EM DOMICILIO
0.91.19.0177	GERENCIAMENTO DE ENFERMAGEM 1X AO DIA (CURATIVOS, ADM DE MEDICAMENTOS, ETC) - DIÁRIA
0.91.19.0118	GERENCIAMENTO DE ENFERMAGEM 2X AO DIA (CURATIVOS, ADM DE MEDICAMENTOS, ETC) - DIÁRIA
0.91.19.0185	GERENCIAMENTO DE ENFERMAGEM 3X AO DIA (CURATIVOS, ADM DE MEDICAMENTOS, ETC) - DIÁRIA
0.91.07.0341	OXIGÊNIO VAZÃO 1L/MIN/HORA

Este documento foi assinado digitalmente por WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR e ANNA GABRIELA TORRES SANDES

Documento assinado com certificado digital (DIGITAL) Verificação em: http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo. Utilize o código: UWKP-NGVM-7OD6-ZC55

0.91.07.0350	OXIGÊNIO VAZÃO 2L/MIN/HORA
0.91.07.0368	OXIGÊNIO VAZÃO 3L/MIN/HORA
0.91.07.0376	OXIGÊNIO VAZÃO 4L/MIN/HORA
0.91.07.0384	OXIGÊNIO VAZÃO 5L/MIN/HORA
0.91.07.0392	OXIGÊNIO VAZÃO 8L/MIN/HORA
0.91.07.0490	OXIGÊNIO VAZÃO 10L/MIN/HORA
0.91.07.0554	OXIGÊNIO VAZÃO 15L/MIN/HORA
0.91.04.1198	TAXA DE RESPIRADOR BIPAP/CPAP, POR DIA - DOMICILIAR
0.91.04.1643	ALUGUEL CONCENTRADOR DOMICILIAR - DIA
0.91.04.1651	ALUGUEL RESPIRADOR VOLUMÉTRICO - DIA
0.91.04.1490	ALUGUEL ASPIRADOR - DIA
0.91.04.1570	ALUGUEL CADEIRA DE RODAS - DIA
0.91.04.1589	ALUGUEL CADEIRA HIGIÊNICA - DIA
0.91.04.1562	ALUGUEL CAMA HOSPITALAR - DIA
0.91.04.1538	ALUGUEL GLICOSIMETRO - DIA
0.91.04.1678	ALUGUEL RESPIRADOR DE PRESSÃO - DIA
0.91.04.1554	ALUGUEL SUPORTE DE SORO - DIA
0.91.04.0190	ALUGUEL OXIMETRO - DIA
0.91.04.1546	ALUGUEL BOMBA DE INFUSÃO
0.91.04.1511	ALUGUEL DE NEBULIZADOR
0.91.04.1619	ALUGUEL DE ESCADA
0.91.04.1520	ALUGUEL ESTETOSCOPIO
0.91.04.1597	ALUGUEL MONITOR CARDIACO

A pessoa jurídica credenciada somente poderá utilizar e faturar os códigos descritos no presente Anexo Único.

Este documento foi assinado digitalmente por WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR e ANNA GABRIELA TORRES SANDES

Documento assinado com certificado digital (DIGITAL) Verificação em: http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo. Utilize o código: UWKP-NGVM-7OD6-ZC55

Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código de verificação: UWKP-NGVM-7OD6-ZC55

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 27/11/2025 é(são) :

Legenda: Aprovada Indeterminada Pendente

- WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR 26/11/2025 10:00:17 (Certificado Digital)
- ANNA GABRIELA TORRES SANDES 12/11/2025 09:20:22 (Certificado Digital)

TERMO DE IDENTIFICAÇÃO DE CORPO CLÍNICO

O presente documento tem como objetivo identificar o corpo clínico da empresa **CONSTAT - CONSULTORIA E AUDITORIA MEDICO HOSPITALAR E ATENDIMENTO DOMICILIAR LTDA,** credenciada junto ao IPESAÚDE por meio do Termo de Credenciamento nº **145/2025.**

Este Termo é parte integrante do Contrato.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO COMPROMISSO

Os profissionais relacionados no presente documento comprometem-se a prestar atendimento aos beneficiários do IPESAÚDE, **sendo necessária a comunicação prévia à Autarquia, com 30 (trinta) dias de antecedência, em caso de descontinuidade do atendimento**, sob pena de aplicação das sanções legais previstas na legislação que rege a Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA – RELAÇÃO DE PROFISSIONAIS

A empresa **CONSTAT - CONSULTORIA E AUDITORIA MEDICO HOSPITALAR E ATENDIMENTO DOMICILIAR LTDA,** credenciada ao IPESAÚDE a partir da data **de assinatura do contrato**, prestará atendimento aos beneficiários da Instituição por meio dos seguintes profissionais:

1) ERIKA DENISE DE VASCONCELOS FLORENTINO – CRM-SE: 7319 RQE Nº: 8499 - CPF Nº 057.470.654-24.

2) KAIO BERNARDES SANTOS DE ALMEIDA – CRM-SE: 4402 RQE Nº: 5513 - CPF Nº 652.852.555-20.

3) KARINA ANDRADE DE MENDONÇA – CRM-SE: 2057 RQE Nº: 1383 - CPF Nº 516.779.705-53.

4) RAFAEL TORRES GONÇALVES – CRM-SE: 4707 RQE Nº: 5239 - CPF Nº 007.679.165-30.

5) RAIMUNDO SATURNINO PEREIRA – CRM-SE: 1694 RQE Nº: 832 - CPF Nº 352.608.155-72.

6) RENATA SANTANA DANTAS – CRM-SE: 6770 RQE Nº: 5081 - CPF Nº 073.039.095-08.

7) TERESA ZAVARIS NOBRE GAUJAC – CRM-SE: 5003 RQE Nº: 3990 - CPF Nº 029.896.075-36.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

Qualquer alteração do corpo clínico da empresa deverá ser formalizada ao setor de credenciamento, o qual será criado processo junto ao Ipesaúde para ser analisado pela presidência e as diretorias responsáveis por este prestador, sendo autorizado será formalizado por meio de Termo Aditivo, o qual terá como anexo o Termo de Identificação de Corpo Clínico atualizado.

CLÁUSULA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente Termo deverá ser assinado pelo responsável legal da empresa credenciada, por todos os profissionais que integram o corpo clínico, bem como pelo Diretor-Presidente do IPESAÚDE.

Este documento foi assinado digitalmente por WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR, ANNA GABRIELA TORRES SANDES, TERESA ZAVARIS NOBRE GAUJAC, RAIMUNDO SATURNINO PEREIRA, RAFAEL GONCALVES SOUZA, KAIO BERNARDES SANTOS DE ALMEIDA, ERIKA DENISE DE VASCONCELOS FLORENTINO e KARINA ANDRADE DE MENDONCA

Documento assinado com certificado digital (DIGITAL) Verificação em: http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo. Utilize o código: 1PXW-WH7Z-PDJI-WJIL

Aracaju (SE), 10 de Novembro de 2025.

WALTER GOMES PINHEIRO JÚNIOR
Diretor-Presidente do **IPESAÚDE**
Credenciante

ANNA GABRIELA TORRES SANDES:01779186592
Assinado de forma digital por ANNA GABRIELA TORRES SANDES:01779186592
Dados: 2025.11.12 09:22:36 -03'00'

ANNA GABRIELA TORRES SANDES
Sócia-administradora da **CONSTAT - CONSULTORIA E AUDITORIA MEDICO HOSPITALAR E ATENDIMENTO DOMICILIAR LTDA**
Credenciada

gov.br Documento assinado digitalmente
ERIKA DENISE DE VASCONCELOS FLORENTINO
Data: 13/11/2025 11:28:36-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ERIKA DENISE DE VASCONCELOS FLORI
Integrante do Corpo Clínico da **CONSTAT - CONSULTORIA E AUDITORIA MEDICO HOSPITALAR E ATENDIMENTO DOMICILIAR LTDA**
Credenciada

ICP Brasil Documento assinado digitalmente
KAIO BERNARDES SANTOS DE ALMEIDA
Data: 12/11/2025 21:31:02-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

KAIO BERNARDES SANTOS DE ALMEIDA
Integrante do Corpo Clínico da **CONSTAT - CONSULTORIA E AUDITORIA MEDICO HOSPITALAR E ATENDIMENTO DOMICILIAR LTDA**
Credenciada

gov.br Documento assinado digitalmente
KARINA ANDRADE DE MENDONCA
Data: 13/11/2025 15:19:33-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

KARINA ANDRADE DE MENDONÇA
Integrante do Corpo Clínico da **CONSTAT - CONSULTORIA E AUDITORIA MEDICO HOSPITALAR E ATENDIMENTO DOMICILIAR LTDA**
Credenciada

RAFAEL TORRES GONÇALVES
Integrante do Corpo Clínico da **CONSTAT - CONSULTORIA E AUDITORIA MEDICO HOSPITALAR E ATENDIMENTO DOMICILIAR LTDA**
Credenciada

RAIMUNDO SATURNINO PEREIRA
Integrante do Corpo Clínico da **CONSTAT - CONSULTORIA E AUDITORIA MEDICO HOSPITALAR E ATENDIMENTO DOMICILIAR LTDA**
Credenciada

gov.br Documento assinado digitalmente
RAIMUNDO SATURNINO PEREIRA
Data: 12/11/2025 20:53:50-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

RENATA SANTANA DANTAS
Integrante do Corpo Clínico da **CONSTAT - CONSULTORIA E AUDITORIA MEDICO HOSPITAL ILIAR LTDA**

gov.br Documento assinado digitalmente
TERESA ZAVARIS NOBRE GAUJAC
Data: 12/11/2025 17:40:35-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

TE gov.br RAFAEL GONCALVES SOUZA
Data: 12/11/2025 21:24:11-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br
AC

Integrante do Corpo Clínico E AUDITORIA MEDICO **HOSPITALAR E ATENDIMENTO DOMICILIAR LTDA**
Credenciada

Este documento foi assinado digitalmente por WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR, ANNA GABRIELA TORRES SANDES, TERESA ZAVARIS NOBRE GAUJAC, RAIMUNDO SATURNINO PEREIRA, RAFAEL GONCALVES SOUZA, KAIO BERNARDES SANTOS DE ALMEIDA, ERIKA DENISE DE VASCONCELOS FLORENTINO e KARINA ANDRADE DE MENDONCA

Documento assinado com certificado digital (DIGITAL) Verificação em: http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo. Utilize o código: 1PXW-WH7Z-PDJI-WJIL

Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código de verificação: 1PXW-WH7Z-PDJI-WJIL

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 27/11/2025 é(são) :

Legenda: Aprovada Indeterminada Pendente

- WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR 26/11/2025 10:00:55 (Certificado Digital)
- ANNA GABRIELA TORRES SANDES 12/11/2025 09:22:36 (Certificado Digital)
- TERESA ZAVARIS NOBRE GAUJAC 12/11/2025 17:40:35 (Certificado Digital)
- RAIMUNDO SATURNINO PEREIRA 12/11/2025 20:53:50 (Certificado Digital)
- RAFAEL GONCALVES SOUZA 12/11/2025 21:24:11 (Certificado Digital)
- KAIO BERNARDES SANTOS DE ALMEIDA 12/11/2025 21:31:02 (Certificado Digital)
- ERIKA DENISE DE VASCONCELOS FLORENTINO 13/11/2025 11:28:36 (Certificado Digital)
- KARINA ANDRADE DE MENDONCA 13/11/2025 15:19:33 (Certificado Digital)

Instituto de Promoção e de Assistência à Saúde de Servidores do Estado de Sergipe

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO N° 145/2025

CONTRATANTE: IPESAÚDE
CONTRATADO: **CONSTAT - CONSULTORIA E AUDITORIA MEDICO HOSPITALAR E ATENDIMENTO DOMICILIAR LTDA – CNPJ Nº 03.976.760/0001-27**
OBJETO: O presente termo tem por objeto a prestação de serviços na área da saúde
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 15.204/04.302.0031/759/3.3.90.39/1799
VALOR DO CONTRATUAL: 7.800.000,00
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei n.º 14.133/2021
DATA DE ASSINATURA:26/11/2025
PARECER JURÍDICO Nº 1909/2025 – PROJUR – IPESAÚDE
PROCESSO: 015215.22779/2025-8 (Edoc: 24439/2025)

WALTER GOMES PINHEIRO JÚNIOR
Diretor-Presidente

Rua Campos, 177, São José, Aracaju, Sergipe, CEP: 49015-220
Telefone: (79) 3226-2828 Fax: (79) 3214-3155
CNPJ: 08.042.554/0001-63

Este documento foi assinado digitalmente por WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR

Documento assinado com certificado digital (DIGITAL) Verificação em: http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo. Utilize o código: IRH7-TJIZ-1WP2-7PCQ

Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código de verificação: IRH7-TJIZ-1WP2-7PCQ

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 27/11/2025 é(são) :

Legenda: Aprovada Indeterminada Pendente

- WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR 26/11/2025 10:49:17 (Certificado Digital)

que permanecem válidos os motivos e a viabilidade operacional da manutenção da redução, sem prejuízo à continuidade e eficiência dos serviços prestados pela unidade;
Considerando o interesse institucional da FHS em conciliar a gestão de pessoas e a eficiência assistencial, promovendo políticas de valorização e adequação funcional do seu quadro de pessoal;
RESOLVE:
Art. 1º Renovar, por **igual período de 2 (dois) anos**, a **redução da carga horária de trabalho** da empregada **VALDIRENE QUITERIA DA SILVA**, matrícula nº 3787, ocupante do cargo de Assistente de Enfermagem II, lotada no Hospital/UPA Boquim/SE, mantidos **os mesmos termos e condições estabelecidos no Parecer Jurídico N° 230/2025/FHS**
Art. 2º A presente renovação vigorará pelo período de **01/12/2025 a 30/11/2027**, podendo ser reavaliada mediante nova solicitação e análise técnica da Diretoria de Gestão de Pessoas, observadas as normas internas e o interesse institucional da Fundação.
Art. 3º A redução de carga horária não implicará prejuízo ao vínculo empregatício, devendo eventuais repercussões salariais observar o disposto na **CLT** e nas normas internas da FHS.
Art. 4º A Diretoria de Gestão de Pessoas deverá adotar as providências administrativas necessárias à execução desta Portaria e comunicar à unidade de lotação da empregada.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1° de dezembro de 2025.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Aracaju, 26 de novembro de 2025.

ADNA DE SANTANA BARBOSA
Diretora Geral da Fundação Hospitalar de Saúde

Fundação De Saúde Parreiras Horta

EXTRATO DO 9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 021/2022

Processo Administrativo nº:	2566/2025
Natureza Jurídica:	Pregão Eletrônico nº 018/2022
Contratante:	Fundação de Saúde Parreiras Horta
Contratada:	MA PROJETOS E SERVIÇOS EIRELI.
Objeto:	visa repactuar os valores contratuais de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho de 2025/2025, registrado no MTE sob o número SE000033/2025, aplicando o percentual de 7,27860% (sete inteiros e vinte e sete mil oitocentos e sessenta milionésimos por cento), conforme Parecer nº 275 10/2025- Audiplac/COFIN/FSPH
Base Legal:	Art. 65, II, alinea "d" da Lei nº 8.666/93
Valor Global:	R$ 5.480.402,76 (cinco milhões quatrocentos e oitenta mil quatrocentos e dois reais e setenta e seis centavos)
Vigência:	18/11/2025 à 14/08/2026
Fonte dos Recursos:	As despesas com o pagamento objeto deste Contrato correram por conta dos repasses a serem efetuados a FSPH em decorrência do Contrato Estatal de Serviço firmado junto a SES.
Parecer Jurídico:	214-2025/PROJUR/FSPH
Data de Celebração:	18/11/2025

Charles Leal Souza
Diretor Geral

EXTRATO DO 1º TERMO APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 011/2023

Processo Administrativo nº:	2546/2025
Natureza Jurídica:	Pregão Eletrônico nº 033/2023
Contratante:	Fundação de Saúde Parreiras Horta
Contratada:	LIFE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
Objeto:	O presente Termo de Apostilamento visa reajustar o valor contratado em 5,1804% (cinco inteiros e mil oitocentos e quatro décimos de milésimo por cento), com base na variação acumulada do INPC
Base Legal:	Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores
Valor Global:	R$ 52.586,85 (cinquenta e dois mil quinhentos e oitenta e seis reais e oitenta e cinco centavos)
Vigência:	25/11/2025 à 18/07/2026
Fonte dos Recursos:	As despesas com o pagamento objeto deste Contrato correram por conta dos repasses a serem efetuados a FSPH em decorrência do Contrato Estatal de Serviço firmado junto a SES.
Data de Celebração:	25/11/2025

Charles Leal Souza
Diretor Geral

EXTRATO DO 3º APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 011/2022

Processo Administrativo nº:	2148/2025
Natureza Jurídica:	Adesão a Ata de Registro de Preço 011/2021-IPESSAUDE
Contratante:	Fundação de Saúde Parreiras Horta
Contratada:	MIT ENGENHARIA E TECNOLOGIA EIRELI
Objeto:	O presente Termo de Apostilamento visa reajustar o valor mensal em 4,831300 % (quatro inteiros e oitocentos e trinta e um mil e trezentos milionésimos por cento), com base na variação acumulada do IPCA (IBGE)
Base Legal:	Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores
Valor Global:	R$ 1.402.406,16 (um milhão quatrocentos e dois mil quatrocentos e seis reais e dezesseis centavos),
Vigência:	25/11/2025 à 20/04/2026
Fonte dos Recursos:	As despesas com o pagamento objeto deste Contrato correram por conta dos repasses a serem efetuados a FSPH em decorrência do Contrato Estatal de Serviço firmado junto a SES.
Data de Celebração:	25/11/2025

Charles Leal Souza
Diretor Geral

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2025
PROCESSO Nº 1873/2025
OBJETO: Registro de preço, visando futuras e eventuais aquisições de matériais hospitalares visando o abastecimento do almoxarifado da Fundação de Saúde Parreiras Horta.
BASE LEGAL: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que instituiu a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, a Lei Estadual 9.183, de 10/04/2023, a Lei Estadual nº 9.166/2023, a Lei Estadual nº 9.156/2023, a Lei Estadual nº 8747/2020, o Decreto Estadual nº 285/2023, o Decreto Estadual nº 342/2023, a LC nº 123/2006 e em conformidade com as disposições a seguir:
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2025
EMPRESA VENCEDORA: RF PRODUTOS HOSPITALARES E ODONTOLOGICOS LTDA
VALOR TOTAL: R$ 91.830,00 (Noventa e um mil e oitocentos e trinta reais)
ITENS: 01,03,04, 08, 12, 14 e15

Charles Leal Souza
Diretor-Geral

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2025
PROCESSO Nº 1873/2025
OBJETO: Registro de preço, visando futuras e eventuais aquisições de matériais hospitalares visando o abastecimento do almoxarifado da Fundação de Saúde Parreiras Horta.
BASE LEGAL: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que instituiu a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, a Lei Estadual 9.183, de 10/04/2023, a Lei Estadual nº 9.166/2023, a Lei Estadual nº 9.156/2023, a Lei Estadual nº 8747/2020, o Decreto Estadual nº 285/2023, o Decreto Estadual nº 342/2023, a LC nº 123/2006 e em conformidade com as disposições a seguir:
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2025
EMPRESA VENCEDORA: APG COMERCIAL LTDA
VALOR TOTAL: R$ 15.012,00 (QUINZE MIL E DOZE REAIS)
ITENS: 05 e 07

Charles Leal Souza
Diretor-Geral

Fundação Renascer

Governo do Estado de Sergipe
Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania
Fundação Renascer do Estado de Sergipe

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

O Diretor Presidente da Fundação Renascer do Estado de Sergipe, no uso de suas atribuições legais e regulamentares conferidas através do art. 13, Inciso X, do Estatuto da Fundação Renascer do Estado de Sergipe, e em função do teor do Laudo de Perícia Médica, nº 6821/2025, datado de 18 de novembro de 2025, fornecido pela Secretaria de Estado da Administração - SEAD, vem tornar público a concessão de Licença Médica para Tratamento da Própria Saúde pelo prazo de 90 (NOVENTA) dias do Servidor Público da Fundação Renascer do Estado de Sergipe abaixo relacionado:

Nome	CPF	Nº DA PORTARIA	INÍCIO	TÉRMINO
Augusto César Andrade Leão	874.xxx.xxx-91	311/2025	23/10/2025	20/01/2025

Aracaju, 25 de novembro de 2025.

Samuel Alves Barreto
Diretor Presidente

Ipesaúde

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO N° 145/2025

CONTRATANTE: IPESAÚDE
CONTRATADO: CONSTAT - CONSULTORIA E AUDITORIA MEDICO HOSPITALAR E ATENDIMENTO DOMICILIAR LTDA - CNPJ Nº 03.976.760/0001-27
OBJETO: O presente termo tem por objeto a prestação de serviços na área da saúde
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 15.204/04.302.0031/759/3.3.90.39/1799
VALOR DO CONTRATUAL: 7.800.000,00
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei n.º 14.133/2021
DATA DE ASSINATURA:26/11/2025
PARECER JURÍDICO Nº 1909/2025 - PROJUR - IPESAÚDE
PROCESSO: 015215.22779/2025-8 (Edoc: 24439/2025)

WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR
Diretor-Presidente

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 032/2024

CONTRATANTE: INSTITUTO DE PROMOÇÃO E DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DE SERVIDORES DO ESTADO DE SERGIPE - IPESAÚDE
CONTRATADA: PRIME SERVIÇOS LTDA - CNPJ N.º 08.959.757/0001-19
OBJETO: Prorrogar o prazo de que trata a Cláusula Quarta - Da Vigência, do Contrato n º 032/2024 por mais 12 (doze) meses a partir de 29 de novembro de 2025.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°: 19386/2025
PARECER JURÍDICO: 1671/2025
DATA DA ASSINATURA: 25/11/2025

WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR
Diretor Presidente

Documento Assinado Digitalmente com certificado digital emitido sobre a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-BRASIL, instituída através de medida provisória nº 2.200-2.
Autoridade Certificadora emissora: AC IMPRENSA OFICIAL SP.
Quarta-feira, 26 de Novembro de 2025 às 20:48:32